



CARTA
INTERNACIONAL

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE
RELAÇÕES INTERNACIONAIS

ISSN 2526-9038

O Papel de *Think Tanks* na Formulação da Política Norte-Americana para a Mudança do Clima: uma análise do Protocolo de Quioto

The Role of Think Tanks in the US Climate Change policymaking: An Analysis of the Kyoto Protocol

El papel de los Think Tanks en la formulación de la política de cambio climático de EE. UU.: un análisis del Protocolo de Kioto

DOI: 10.21530/ci.v16n3.2021.1107

Mariana Balau Silveira¹

Leonardo Alexandre dos Santos²

Copyright:

• This is an open-access article distributed under the terms of a Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided that the original author and source are credited.

• Este é um artigo publicado em acesso aberto e distribuído sob os termos da Licença de Atribuição Creative Commons, que permite uso irrestrito, distribuição e reprodução em qualquer meio, desde que o autor e a fonte originais sejam creditados.



Resumo

A relevância dos *think tanks* (TTs) é relacionada principalmente à sua capacidade de influenciar a tomada de decisão na política internacional. Nos Estados Unidos, esses institutos (chamados de “TTs de *advocacy*”) têm notável participação na formulação de políticas públicas tanto domésticas quanto internacionais. O presente artigo tem como objetivo analisar a atuação de TTs norte-americanos nas negociações do Protocolo de Quioto. Conclui-se que a atuação dos principais *think tanks* conservadores

1 Doutora em Relações Internacionais pela PUC-Minas. Professora do curso de Relações Internacionais da PUC Minas, campus Poços de Caldas, Minas Gerais, Brasil. (marianabalau@gmail.com). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3291-5809>.

2 Bacharel em Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, campus Poços de Caldas (l.alesantos96@gmail.com).

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5154-2780>.

Artigo submetido em 23/07/2020 e aprovado em 23/08/2021.





financiados pela indústria petrolífera se deu tanto internamente (principalmente via ações no congresso estadunidense) quanto externamente (via propagação da incerteza quanto à natureza antrópica das mudanças do clima).

Palavras-Chave: Mudança do Clima; Think-Tanks; Governança Global; Protocolo de Quioto.

Abstract

The relevance of think tanks (TTs) is mainly related to their ability to influence decision-making in international politics. In the United States these institutes (called “advocacy TTs”) have a notable role in public policy-making, both domestically and internationally. This article aims to analyze the role of North American TTs in the Kyoto Protocol negotiations. It is concluded that the role of the main conservative think tanks financed by the oil industry took place both internally (mainly via actions in the US Congress) and externally (via propagation of uncertainty regarding the anthropic nature of climate change).

Keywords: Climate Change; Think-Tanks; Global Governance; Kyoto Protocol.

Resumen

La relevancia de los think tanks (TT) está relacionada principalmente con su capacidad para influir en la toma de decisiones en la política internacional. En los Estados Unidos, estos institutos (denominados “TT de advocacy”) desempeñan un papel notable en la formulación de políticas públicas tanto nacionales como internacionales. Este artículo tiene como objetivo analizar el papel de los TT norteamericanos en las negociaciones del Protocolo de Kioto. Se concluye que el papel de los principales think tanks conservadores financiados por la industria petrolera se dio tanto internamente (principalmente a través de acciones en el Congreso de Estados Unidos) como externamente (vía la propagación de la incertidumbre sobre la naturaleza antrópica del cambio climático).

Palabras Clave: Cambio Climático; Think-Tanks; Gobernanza Global; Protocolo de Kioto.





Introdução

A governança global³ das mudanças do clima agravadas pela ação antrópica tem sido foco de estudos dentro e fora do campo das Relações Internacionais há décadas. A noção da importância das decisões políticas para a estabilização da temperatura média global ganhou força a partir dos anos 70, quando a comunidade científica expôs a necessidade de uma estrutura formal de governança durante a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, também denominada Estocolmo 72. As décadas subsequentes foram marcadas pela criação e ampliação de instituições e regimes ambientais, como o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) e, quase vinte anos depois, a Convenção-Quadro das Nações Unidas para a Mudança do Clima (UNFCCC). Da segunda, derivam dois dos principais documentos dedicados à provisão de diretrizes para a redução de emissões de gases de efeito estufa (GEEs): o Protocolo de Quioto (negociado em 1997, em vigor desde 2005, com período de compromisso até 2012, e prorrogado até 2020) e o Acordo de Paris (negociado em 2015 e em vigor desde 2016).

Ainda que marcada por instituições e regimes formais, a governança ambiental também depende largamente de processos decisórios domésticos e da articulação entre diferentes setores da sociedade. Além de movimentos da sociedade civil, organizações não-governamentais, empresas, grupos de *lobby* e *advocacy*⁴ e congresso nacional, alguns dos atores de maior relevância têm sido os chamados *Think Tanks* (TTs) — institutos de pesquisa e produção de estatísticas dedicados à produção de dados e análises. Os TTs surgiram no período da Primeira Guerra Mundial com a proposta de estabelecer uma maior racionalização da decisão política, oferecendo a *expertise* necessária em temas diversos e de maior complexidade (como as mudanças do clima). Nesse sentido, diferem-se dos grupos de interesses comuns, uma vez que são responsáveis por promover pesquisas e contribuir para a construção do conhecimento acadêmico. Esses

3 Governança global é compreendida aqui a partir da concepção clássica de James Rosenau (1995): “Governança [...] engloba as atividades dos governos, mas também inclui os muitos outros canais através dos quais fluem as decisões na forma de objetivos definidos, diretivas emitidas e políticas objetivadas. [...] Governança global é uma miríade de – literalmente – milhões de mecanismos de controle impulsionados por diferentes objetivos, estruturas e processos” (Rosenau 1995, 16).

4 A expressão “*advocacy*” não possui tradução literal em português. A conceituação considerada aqui mais apropriada na análise objetivada é a de *advocacy* como “a capacidade de influenciar uma elite institucional em favor de um interesse coletivo” (Jenkins 1987, 296).





atores, denominados por R. Kent Weaver (1989) “universidade sem universitários”, foram legitimados como uma espécie de “braço direito” dos governos, ao longo dos anos, em virtude da influência que exercem no processo político (Higgot, Stone 1994; Rich 2004; Ruser 2018).

Em virtude do aumento da participação das corporações na decisão política e da crescente atividade de *advocacy* dos intelectuais neoconservadores, grande parcela desses atores se converteu – notadamente a partir dos anos 70 — ao alinhamento ideológico de seus financiadores, sendo reconhecidos como ideológicos (ou de *advocacy*) (Rich 2001; 2004). O quadro abaixo resume, de modo geral, os três tipos principais de TTs (acadêmicos, governamentais e ideológicos) e a caracterização de cada um deles a partir do contexto de surgimento, sua função, ideologia e financiamento:

Quadro 1 – Principais classificações dos *Think Tanks*

	Acadêmicos	Governamentais	Ideológicos
Surgimento	Primeira onda (a partir da Primeira Guerra).	Segunda onda (pós-Segunda Guerra).	Terceira Onda (a partir da década de 1970).
Função	Produção de conhecimento acadêmico-científico.	Contratados para fornecer <i>expertise</i> e racionalização política para o governo.	Legitimação e deslegitimação de ideias.
Ideologia	Tentativa de neutralidade científica.	Tentativa de neutralidade científica.	Aproximação com a direita ou esquerda política.
Financiamento	Diversificado (organizações, indivíduos, doações).	Contrato com o próprio governo.	Grupos de interesses e fundações de proximidade ideológica.

Fonte: Elaborado pelos autores com dados extraídos de Rich (2001); Higgot e Stone (1994) e Ahmad e Baloch (2007).

Um dos índices mais relevantes na análise da atuação desses atores é o “*Global Go To Think Tank Index*”, elaborado pelo “*Think Tanks and Civil Society Program*” (TTCSP) da Universidade da Pensilvânia⁵. A 15^a edição do índice,

5 O TTCSP é dirigido por James McGann, professor da Universidade da Pensilvânia. Segundo o relatório publicado em 2021: “Desde 2006, o processo de classificação foi refinado e simplificado, e o número e o escopo das instituições e indivíduos envolvidos têm crescido continuamente. O processo, como nos anos anteriores, depende de uma definição compartilhada de organizações de pesquisa e análise de políticas públicas, um conjunto detalhado de critérios de seleção e um processo de indicação e seleção cada vez mais aberto e transparente. Como parte do processo de nomeações, todos os 11.175 think tanks catalogados no *Global Think Tank Database* do TTCSP foram contatados e incentivados a participar do processo de nomeação





publicada em janeiro de 2021, estimou a existência de 2.397 TTs na América do Norte – dos quais 2.203 estão nos EUA —, o que faz com que o país ocupe o primeiro lugar no ranking dos países com mais organizações dessa natureza, seguido de China e Índia, com 1.413 e 612 TTs respectivamente (McGann 2021). O quadro abaixo indica os 15 principais TTs a partir do índice de 2020:

Quadro 2 – Ranking dos principais *Think-Tanks* em 2020⁶

Posição	Nome	Origem
1	Carnegie Endowment for International Peace	Estados Unidos
2	Bruegel	Bélgica
3	Fundação Getúlio Vargas (FGV)	Brasil
4	Center for Strategic and International Studies (CSIS)	Estados Unidos
5	French Institute of International Relations (IFRI)	França
6	Chatham House	Reino Unido
7	RAND Corporation	Estados Unidos
8	Japan Institute of International Affairs (JIJA)	Japão
9	Peterson Institute for International Economics (PIIE)	Estados Unidos
10	Woodrow Wilson International Center for Scholars	Estados Unidos
11	Center for American Progress (CAP)	Estados Unidos
12	International Institute for Strategic Studies (IISS)	Reino Unido
13	Heritage Foundation	Estados Unidos
14	Fraser Institute	Canadá
15	Konrad-Adenauer-Stiftung (KAS)	Alemanha

Fonte: Adaptado de McGann (2021), com dados de 2020.

Ainda que a literatura sobre governança ambiental global reconheça a importância desses atores na tomada de decisão política, ainda há uma lacuna considerável na compreensão de seu papel no processo de negociação e ratificação de acordos internacionais na área das mudanças do clima. O Acordo de Paris,

e classificação. Mais de 44.992 jornalistas, legisladores, doadores públicos e privados e especialistas em áreas funcionais e regionais da lista do TTCSP foram convidados a participar e mais de 3.974 completaram total ou parcialmente as pesquisas de nomeação e classificação. Por fim, solicitou-se a um grupo de pares e especialistas que ajudasse a classificar e revisar os Centros de Excelência em pesquisa de políticas públicas para 2020” (McGann 2021).

- 6 Segundo o relatório de McGann (2021), os critérios para definição dos principais *think tanks* vão desde a qualidade e comprometimento da organização; sua reputação; a habilidade de recrutar e manter analistas de elite; qualidade, número e alcance de suas publicações até o impacto das pesquisas dos *think tanks* na tomada de decisão política.





negociado em 2015 e ratificado pela maioria das partes em 2016, substituiu o Protocolo de Quioto que, em quase 20 anos de história, ainda chama a atenção pela pluralidade de atores envolvidos e pela incapacidade de promover soluções eficazes para a diminuição de emissões de GEE e a estabilização do clima global.

Ainda que a literatura (Higgot e Stone 1994; Rich 2001, 2004; Ahmad e Baloch 2007; Abelson 2006) ressalte a relevância do estudo da atuação de TTs, há lacunas no entendimento de sua influência. Desse modo, o artigo tem como pergunta de partida “como os *think tanks* conservadores participaram das negociações e decisão final do governo norte-americano em não ratificar o Protocolo de Quioto, em 2001?”. A hipótese é de que houve a participação de TTs conservadores a partir tanto de estratégias de influência privada (*inside advocacy*), baseadas em participação e influência direta no processo de elaboração de estratégias nas negociações, quanto de influência pública (*outside advocacy*), a partir do estímulo à sociedade civil por meio da mídia. A atuação dos TTs teria contribuído para a decisão de não ratificar na medida em que fomentou incerteza sobre a gravidade da crise climática e defendeu um dualismo entre crescimento econômico e preservação ambiental.

A verificação de pertinência da hipótese proposta ocorreu a partir da análise da atuação⁷ dos cinco *think tanks* mais influentes na discussão sobre as mudanças do clima no período estudado (1997, quando o protocolo é aberto para assinaturas, a 2001, quando o governo americano anuncia a decisão de não ratificá-lo): *CATO Institute*; *Competitive Enterprise Institute*; *George C. Marshall Institute*; *Heartland Institute*; e *Heritage Foundation*.

O artigo está dividido em três seções: inicialmente serão discutidas a criação e a evolução da participação de TTs na política norte-americana, com o intuito de mapear a atuação desses atores ao longo dos anos. Em seguida, o foco será na análise da atuação desses atores no contexto das negociações do Protocolo de Quioto, nos anos 1990, identificando suas decisões e estratégias antes e durante o processo de negociação e elaboração do protocolo. A última seção é dedicada à discussão das descobertas da pesquisa, à análise das conclusões e à reflexão acerca das consequências da atuação de *think tanks* conservadores na governança global das mudanças do clima atualmente.

7 Entende-se aqui como “atuação dos *think tanks*” as ações descritas por Abelson (2006) e Betzold (2013) como parte do exercício de influência pública e privada. A primeira seção do artigo discute a proposta dos autores e detalha o modelo de análise.





A Capacidade de Influenciar: o papel dos *Think Tanks* na política dos Estados Unidos

Conforme citado anteriormente, os primeiros *Think Tanks* foram criados durante a Primeira Guerra Mundial, a partir da necessidade de aumento da racionalização da tomada de decisão política e da produção de dados e pesquisas sobre a opinião pública, em um período de ascensão de nacionalismos e governos autoritários. Higgott e Stone (1996) apontam três “ondas” de emergência de organizações desse tipo. Nos Estados Unidos, especificamente, os primeiros TTs eram vinculados a associações filantrópicas voltadas à promoção e à manutenção da paz internacional.

A “*Carnegie Endowment for International Peace*” é um dos exemplos do perfil das organizações desse tipo no início do século XX. Criada em 1910, teve como um dos principais objetivos, à época, denunciar os campos de concentração alemães, defendendo a garantia de direitos humanos das minorias. Durante a Segunda Guerra Mundial, o instituto desempenhou um papel importante no estabelecimento da política externa norte-americana, influenciando os “corações e mentes” da opinião pública em favor do internacionalismo e contra o isolacionismo (Parmar 2000).

O crescimento mais expressivo do número de TTs coincide com a denominada “Era Progressista” dos Estados Unidos, entre o fim do século XIX e o início do século XX, marcada por críticas à corrupção política e pela defesa do “esclarecimento” e de pesquisas independentes que aproximassem a sociedade civil de assuntos relacionados à política norte-americana. Outra organização relevante criada nesse período foi a *Brookings Institution*, inicialmente considerada pragmática e ideologicamente neutra. Nos anos 80, entretanto, o instituto tornou-se mais conservador, oscilando entre centro e direita, posição mantida até os dias atuais. Dois dos TTs mais influentes do país – *Council of Foreign Relations* (CFR) e *Royal Institute for International Affairs* (RIIA) — também foram criados nesse contexto, temendo que, no pós-Primeira Guerra Mundial, a chamada “diplomacia secreta”, criticada por políticos como o então presidente norte-americano Woodrow Wilson, dominasse novamente os processos de formulação de política externa (Parmar 2000; Higgott, Stone 1996)

O perfil dos TTs norte-americanos sofreu alterações consideráveis ao longo dos anos. O idealismo utópico característico das instituições do início do século





XX deu lugar, durante a Guerra Fria, a centros de pesquisa voltados à produção e à análise de dados na área de segurança (McGann 2019; Higgott, Stone 1996; Howard 1989). Os dois maiores representantes dessa segunda “onda” são a *RAND Corporation* e o *International Institute for Strategic Studies (IISS)*, fundados por empresários e militares com o objetivo de coletar dados e produzir pesquisas na área de defesa. A primeira tornou-se independente em 1948 e, desde então, já publicou cerca de 10.000 relatórios sobre uma série de temas que vão desde segurança militar norte-americana a desenvolvimento tecnológico.

As alterações na orientação na política externa do país influenciaram historicamente a criação e as temáticas abordadas pelos *think tanks*. Essas mudanças deram origem à terceira “onda” – as principais organizações criadas nesse período podem ser divididas em quatro categorias: (I) Institutos gerais de Política, como a *Heritage Foundation* e o *CATO Institute*, voltados à pesquisa na área de política externa e programas de defesa; (II) Institutos de estudos na área de Segurança, como o *Research Institute for the Study of Conflict and Terrorism (RISCT)*, o *Washington Institute* e o *Henry L. Stimson Center*, de produção de pesquisas sobre estratégia e questões militares; (III) Institutos Econômicos, como o *Institute for International Economics (IIE)*, voltado à produção de análises e orientações para o comércio internacional nos EUA e, por fim, (IV) Institutos de Meio Ambiente, como o *World Resources Institute (WRI)* e o *George C. Marshall Institute*, que têm como objetivo principal produzir análises e dados sobre poluição, emissões de GEE e dados independentes sobre a mudança do clima (McGann 2021, 2019; Higgott, Stone 1996; Howard 1989).

A suposta neutralidade inicial dos TTs gradativamente deu lugar, a partir dos anos 1970, ao foco em estratégias de *advocacy*. A maioria das organizações, no pós-Guerra Fria, passou a adotar posições abertamente partidárias e ideológicas. É possível, nesse sentido, dividir os TTs com foco em *advocacy* em dois principais grupos: os conservadores e os liberais. O primeiro grupo é relacionado à defesa de ideologias da direita conservadora, produzindo pesquisas que favorecem questões como o livre-mercado, a livre iniciativa, a liberdade individual, a expressão religiosa e a preservação da família tradicional. Os liberais, por sua vez, tendem a adotar ideologias progressistas e abordam assuntos como a superação econômica e social, a busca por igualdade de gênero e desenvolvimento sustentável, mas sua capacidade de influência seria menor quando comparada a dos conservadores (Rich 2001).





Os TTs conservadores seriam parte do que a literatura (Austin e Phoenix 2005; Luke 2000; McCright e Dunlap 2003; Jacques, Dunlap e Freeman 2008) denomina “movimento conservador”:

“Embora existam várias vertentes do conservadorismo contemporâneo, o termo “movimento conservador” é normalmente usado por cientistas sociais para representar a rede de fundações privadas dirigida pela elite, *think tanks de planejamento de políticas* e intelectuais e ativistas individuais que direta ou indiretamente tentam promover o tradicionalismo social e o libertarianismo econômico⁸” (McCright, Dunlap 2003, 352, grifo nosso).

Nos Estados Unidos, especificamente, o movimento conservador ganhou força a partir de 1994, quando o partido republicano – historicamente vinculado à proposição de políticas conservadoras e favoráveis ao livre mercado – assumiu a maioria do Congresso e do Senado pela primeira vez em 40 anos, no que ficou conhecido como *republican takeover* (GARAND, BURKE, 2016). Essa mudança no legislativo norte-americano ampliou a estrutura de oportunidade política para a atuação de fundações privadas conservadoras, notadamente na agenda ambiental: entre 1994 e 1997, o número de testemunhos de cientistas céticos, financiados por *think tanks* conservadores, em audiências no congresso, passou de 25% do total para 50% (McCright, Dunlap 2003).

A emergência da discussão sobre as mudanças do clima e o cenário de demanda por mudança nas matrizes energéticas e no modelo de produção capitalista em nível global foi vista como potencial ameaça ao “*american way of life*”. A preocupação global em relação à crise climática, reforçada com a criação da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima (UNFCCC, sigla em inglês), em 1992, teria representado uma ameaça material aos interesses do movimento conservador nos EUA. A caracterização do aquecimento global como um grande problema, e a possibilidade de estabelecimento de um acordo global juridicamente vinculativo visando à redução de emissões de GEE, foram, ao longo dos anos, enquadradas por esses institutos como ameaças diretas ao crescimento econômico, ao livre-mercado e à soberania nacional (Brulle 2014; McCright, Dunlap 2003). Isso levou os *think tanks* conservadores a agir em defesa de uma posição soberanista e cética.

8 “While there are various strands of contemporary conservatism, the term “conservative movement” is typically used by social scientists to represent the elite-driven network of private foundations, policy-planning think tanks, and individual intellectuals and activists that directly or indirectly attempt to advance social traditionalism and economic libertarianism.”





O ceticismo é, ainda hoje, uma das principais estratégias dos *think tanks* conservadores na agenda ambiental – e mais especificamente na discussão sobre mudanças do clima. Ser cético em relação a esse fenômeno significa negar o consenso científico que, desde a criação do Painel Intergovernamental sobre as Mudanças do Clima (IPCC), em 1988, defende que o aquecimento global está sendo agravado pela ação antrópica (McCright, Dunlap 2003). Oreskes e Conway (2010) e Oreskes (2019) denominam essa tática de “estratégia do tabaco”⁹ — em linhas gerais, essa estratégia se resume ao financiamento pelas partes interessadas (indústrias e conglomerados) de pesquisas que gerem embasamento de supostos *experts* na defesa de suas posições de interesse (Oreskes 2019; Oreskes, Conway 2010).

O intuito não seria desbancar as hipóteses dominantes (no caso do tabaco, a correlação entre fumo e câncer de pulmão e, no caso ambiental, a existência das mudanças do clima agravadas pela ação humana), mas sim articular uma pequena parcela de acadêmicos a fim de fomentar a incerteza e a dúvida na opinião pública¹⁰. Nesse modelo, o papel da mídia seria central, pois se incentiva o princípio da necessidade de se ouvir as duas partes, fundamental no jornalismo, mesmo não havendo “dois lados”, ou, pelo menos, não das mesmas dimensões. Assim, a aparição de um *expert* negacionista ao lado de outro cientista que acredita na gravidade das mudanças do clima agravadas pela ação antrópica coloca os dois posicionamentos no mesmo “patamar” de credibilidade aos olhos do espectador, mesmo havendo consenso de mais de 97% do parecer técnico especializado sobre o assunto (Oreskes 2019; Oreskes, Conway 2010).

Em relação especificamente às formas de influência desses atores, as ações dos *think tanks* conservadores podem ser divididas em duas categorias.

9 Em duas publicações seminais, “The Merchants of Doubt” (2010) e “Why Trust Science?” (2019), Naomi Oreskes e Erik Conway discutiram a estratégia utilizada pela indústria do tabaco, a partir dos anos 1950, a partir da criação de “dúvidas” acerca da relação entre o uso de cigarros e o aumento de riscos à saúde. Os autores demonstraram que uma série de cientistas foram financiados pela indústria do tabaco e utilizaram argumentos de autoridade para descreditar o consenso científico, que afirmava a correlação entre condições respiratórias e o uso de cigarro. A mesma estratégia teria sido utilizada pelos *think tanks* conservadores na área das mudanças do clima.

10 Uma das primeiras ações de *think tanks* conservadores, na área ambiental, a partir da estratégia do tabaco foi o financiamento da produção, publicação e ampla divulgação do livro “*Global Warming: what does Science tell Us?*” pelo *George C. Marshall Institute* em 1989. A publicação foi elaborada por três físicos proeminentes – e já aposentados à época –, Frederick Setiz, Robert Jastrow e William Nierenberg, e se baseou na tese (amplamente negada pela maioria dos cientistas, inclusive via IPCC) de que o aquecimento global não seria derivado do aumento das emissões de CO₂, mas da maior incidência de raios solares, que não teria relação com a ação antropogênica (Oreskes 2019; Oreskes, Conway 2010).





A primeira seria a utilização de meios persuasivos para o alcance de suas agendas, como é o caso da entrega de instruções políticas aos membros do congresso ou o *lobby* a favor ou contra legislações específicas. Abelson (2006, 2018) denomina essa categoria de ação “influência privada”, enquanto Betzold (2013) recorre ao termo “*inside advocacy*”. A segunda categoria de ação (“influência pública” ou “*outside advocacy*”) é relacionada à influência que os *think tanks* exercem sobre tomadores de decisão e opinião pública através da mídia e a partir de publicações, conferências, propagandas etc. O quadro abaixo ilustra o que se considera aqui como sendo as formas de influências dessas organizações:

Quadro 3 – Formas de influência dos TTs

Influência Pública/<i>Outside Advocacy</i>	Influência Privada/<i>Inside Advocacy</i>
Realização de fóruns públicos, seminários e conferências para a discussão de várias questões que tangem a política interna e externa.	Participação em cargos de gabinete, subgabinete ou burocráticos no governo.
Incentivo aos acadêmicos na realização de palestras públicas.	Participação em forças-tarefa de políticas e equipes de transição durante as eleições presidenciais e nos conselhos consultivos presidenciais.
Publicação de livros, artigos de opinião em revistas, boletins informativos, instruções políticas e periódicos com ampla distribuição.	Convite a tomadores de decisão para participação em conferências, seminários e <i>workshops</i> no congresso.
Produção de recursos de áudio ou vídeo, para o público, que resumem questões políticas.	Permissão a burocratas para que trabalhem em <i>think tanks</i> por tempo limitado.
Criação de <i>websites</i> que, entre outras coisas, permitem que os visitantes baixem publicações do instituto.	Concessão de cargos, a políticos aposentados, em suas organizações.
Mobilização do público durante as campanhas anuais de captação de recursos.	Preparação de estudos e resumos de políticas para formuladores de políticas.
Atração de exposição midiática.	Manutenção de divisões específicas para contato com o Congresso e o Senado.

Fonte: Adaptado de Abelson (2006, 2018) e Betzold (2013)

A partir da observação da crescente relevância desses atores e da necessidade de compreender as formas de influência dos *think tanks* conservadores na área das mudanças do clima, tanto interna quanto externamente, a seção seguinte é dedicada à análise do período de 1992, quando a UNFCCC é aberta para assinaturas, até 2001, quando o então presidente, George W. Bush, anuncia a não ratificação do Protocolo de Quioto pelo governo dos Estados Unidos.





A Influência de *Think Tanks* Conservadores na Agenda das Mudanças do Clima

A governança das mudanças do clima evoluiu, ao longo dos anos, em várias arenas em nível internacional. Grande parte das discussões desse tema se dá no âmbito da, já citada, Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima (UNFCCC), aberta para assinaturas, em 1992, no contexto da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CNUMAD ou Rio 92). A convenção é, desde a sua concepção, baseada na necessidade de se alcançar a “estabilização da concentração de GEE na atmosfera, em um nível que poderia prevenir a interferência antropogênica perigosa no sistema climático” (Vogler 2015, 39).

À semelhança da maioria das convenções no âmbito das Nações Unidas, a UNFCCC passou por atualizações e modificações estruturais, ao longo dos anos, com o objetivo de refletir o avanço tecnológico de mensuração das mudanças globais¹¹ e de ajustar os compromissos de suas partes signatárias. Depledge (2005, 2006) divide o processo de construção do regime em quatro fases: (1) Criação do Regime (1990-1992); (2) Desenvolvimento do Regime e Revisão (1992-1997); (3) Negociações pós-Quioto (1998-2001) e (4) Negociações pós-Marraqueche (2002-2005). Adiciona-se, aqui, conforme proposto por Balau (2019), as fases denominadas (5) Plano de Ação de Bali e o Acordo de Copenhague (2007-2009); (6) Negociações pós-Durban (2011-2015); e, por fim, (7) Negociações sobre o Acordo de Paris (2015 até os dias atuais). O Protocolo foi considerado um dos maiores esforços de divisão de responsabilidades¹² entre os Estados em nível multilateral, processo iniciado na COP 1 em 1995.

11 A principal entidade que reúne dados sobre as mudanças do clima é o Painel Intergovernamental sobre a Mudança do Clima (IPCC), criado em 1988. Os relatórios do IPCC apresentam as principais estatísticas a respeito do aumento do nível de emissões e cenários de crescimento da temperatura média global a partir dos dados reais e projetados de emissões de GEE.

12 A primeira Conferência das Partes signatárias da Convenção-Quadro (COP) aconteceu em 1995, em Berlim, com a adoção de uma série de decisões – desde diretrizes para a submissão de relatórios nacionais de emissões de GEE até a orientação para a criação de mecanismos de financiamento. Outra tarefa central da COP 1 foi a revisão da adequação dos compromissos aos denominados países do “Anexo I” da Convenção. A divisão em três grupos (Anexo I, Anexo II e não Anexo I) deriva do Princípio 1 da Convenção-Quadro, que ordena e estabelece as bases normativas para o seu funcionamento, denominado “Princípio das Responsabilidades Comuns, porém Diferenciadas” (PRCPD): “As partes devem proteger o sistema climático em benefício das gerações presentes e futuras, com base na equidade e de acordo com suas responsabilidades comuns, porém diferenciadas e suas respectivas capacidades. Por conseguinte, os países desenvolvidos signatários devem liderar o combate às mudanças do clima e seus efeitos adversos” (UNFCCC, 1992, Artigo 03, Princípio 01).





O foco da análise serão as fases 2 e 3, das discussões do protocolo até 2001, quando o governo norte-americano anuncia a sua não ratificação. O objetivo é responder a problemática proposta inicialmente: “como os *think tanks* conservadores participaram das negociações e decisão final do governo norte-americano em não ratificar o Protocolo de Quioto, em 2001?”. Conforme discutido na introdução, foram selecionados cinco *think tanks*¹³ (a partir de pesquisas em boletins como o IISD¹⁴ e da coleta de informações e dados em Rich (2001); Higgot e Stone (1994) e Ahmad e Baloch (2007)) considerados centrais no processo de formulação da política norte-americana para o clima.

Toda negociação internacional depende da definição das preferências dos Estados também em nível doméstico, fazendo desse processo um “jogo de dois níveis” (Putnam 1988). Especificamente no caso da atuação dos Estados Unidos,¹⁵ a relação entre as decisões do legislativo e a tomada de decisão política em nível internacional ficou evidente nos meses que antecederam a COP 3, ocorrida, em 1997, em Quioto, no Japão.

O senado dos Estados Unidos, em um contexto de maioria republicana, aprovou por unanimidade (95 votos a 0), em julho de 1997, uma resolução declarando sua oposição a qualquer acordo climático internacional que ferisse a economia norte-americana, ou que não envolvesse a participação de países em desenvolvimento: a Resolução Byrd-Hagel. A resolução estabeleceu limites ao engajamento dos Estados Unidos em qualquer acordo de redução de GEE no contexto da UNFCCC. Uma de suas cláusulas estabelece que a ratificação

Ambos, o princípio de equidade e o PRCPD, ocupam um lugar central no regime climático. Tanto os países do norte global quanto do sul apoiam ambos os princípios, mas eles seriam interpretados de maneiras distintas por cada um deles. Enquanto países em desenvolvimento afirmam que os princípios refletem a culpa do mundo desenvolvido (tanto na causa quanto na solução do problema), os últimos entendem como um compromisso assumir a liderança nas negociações do clima em virtude de suas capacidades técnicas e econômicas superiores (Bodansky 1993).

13 *CATO Institute; Competitive Enterprise Institute; George C. Marshall Institute; Heartland Institute; e Heritage Foundation;*

14 Earth Negotiations Bulletin do Instituto Internacional para o Desenvolvimento Sustentável (IISD). Os(as) autores(as) relataram, em boletins diários, o andamento das negociações e as percepções dos(as) delegados(as) sobre as discussões. Uma das seções do boletim é intitulada “Nos Corredores” e resume as comunicações informais.

15 O país, desde a criação do regime, em 1992, teve a possibilidade de assumir a liderança nas negociações, elemento importante para a sua efetividade (Kanie 2005). Essa liderança “natural” era associada ao exercício de poder que deriva de sua força política na ordem global e do peso relativo do país estruturalmente, além do fato de, há época, ser o maior emissor (tanto em termos históricos quanto em termos absolutos) de GEE. Isso faz do país, segundo Viola e Franchini (2012), uma superpotência sistêmica nessa temática. Caso concordasse em ratificar o acordo, poderia utilizar recursos materiais no oferecimento de incentivos à aceitação dos termos de sua liderança.





do Protocolo pelos EUA estaria condicionada à “participação significativa” de países em desenvolvimento na redução de emissões:

[...] os EUA não devem ser signatários de qualquer protocolo ou outro acordo para a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima de 1992, em Quioto em dezembro de 1997 ou posteriormente que: (1) determine novos compromissos para limitar ou reduzir as emissões de gases de efeito estufa para as Partes do Anexo 1, a menos que o protocolo ou outro acordo também determine novos compromissos específicos programados para limitar as emissões de gases de efeito estufa para as Partes em Desenvolvimento dentro do mesmo período de conformidade; ou (2) resulte em sérios danos à economia dos EUA (USA Congress s/d, s/p, tradução livre¹⁶).

A resolução foi considerada um dos maiores entraves à ratificação do tratado. Apesar do apoio da presidência de Bill Clinton (que governou o país durante dois mandatos, de 1993 a 2001) ao Protocolo, a resolução Byrd-Hagel sinalizou que o senado não o ratificaria e, portanto, qualquer decisão executiva na direção contrária não seria aprovada domesticamente. A hipótese aqui considerada é de que o papel dos *think tanks* conservadores, tanto no apoio à resolução quanto à sustentação de um discurso negacionista teria sido fundamental para a decisão final – anunciada por George W. Bush em 2001 – de não ratificação do tratado, a partir tanto de estratégias de influência privada — *inside advocacy* —, baseadas em participação e influência direta no processo de elaboração de estratégias nas negociações, quanto de influência pública — *outside advocacy* —, a partir do estímulo à sociedade civil por meio da mídia.

Ações de “*Inside Advocacy*” dos *Think Tanks* conservadores na agenda de mudança do clima

A pesquisa realizada identificou que representantes dos cinco *think tanks* analisados proferiram uma série de discursos no Congresso durante o período

16 [...] the United States should not be a signatory to any protocol to, or other agreement regarding, the United Nations Framework Convention on Climate Change of 1992, at negotiations in Kyoto in December 1997 or thereafter which would: (1) mandate new commitments to limit or reduce greenhouse gas emissions for the Annex 1 Parties, unless the protocol or other agreement also mandates new specific scheduled commitments to limit or reduce greenhouse gas emissions for Developing Country Parties within the same compliance period; or (2) result in serious harm to the U.S. economy.





analisado. Visando a compreender a participação desses institutos, foram feitas buscas na base de dados do Congresso Americano via plataforma ProQuest, a partir dos nomes dos *think tanks* estudados, seguidos da expressão “*climate change*”. No que concerne à data dos documentos, a busca foi ajustada de modo a obter resultados referentes ao período de negociação do Protocolo de Quioto: de 1992 a 2001. A Tabela 1 elucida quantas vezes os TTs conservadores estudados foram mencionados em audiências e em documentos diversos do congresso americano¹⁷:

Tabela 1 – Menção aos TTs analisados no Congresso dos EUA (1992-2001)

<i>Think tanks</i>	Audiências	Serviço de pesquisa do Congresso	Publicações diversas	Registros	Total
CATO Institute	82	38	9	172	301
Competitive Enterprise Institute	48	12	2	56	118
George C. Marshall Institute	8	8	7	1	24
Heartland Institute	8	0	1	8	17
Heritage Foundation	128	27	14	289	458

Fonte: Elaborado pelos autores com dados extraídos de ProQuest Congressional (2019).

Foi possível identificar menções aos institutos em todas as categorias de documentos pesquisados. Os grandes destaques foram a *Heritage Foundation*, o *CATO Institute* e o *CEI*. Os *think tanks* produziram uma série de materiais informativos destinados aos tomadores de decisão: os principais destaques incluem o “*Handbook for Policymakers*” do *CATO Institute*, o “*Environmental Briefing Book for Congressional Candidates*” do *Competitive Enterprise Institute* (CEI) e o “*Mandate for Leadership*” da *Heritage Foundation*. Esses “guias” políticos podem ser vistos como uma forma de *inside advocacy*, uma vez que foram preparados

¹⁷ A pesquisa baseou-se nas quatro subdivisões estabelecidas pela base de dados ProQuest para classificação dos documentos do Congresso dos Estados Unidos: 1. “Audiências”, que diz respeito aos documentos relativos às audiências publicadas, temporárias e não publicadas, incluindo declarações escritas e orais de testemunhas, transcrições, relatórios, exposições, correspondências e outros materiais; 2. “Serviço de pesquisa do congresso (CRS)”, que fornece pesquisas e análises não partidárias sobre questões relacionadas à formulação de políticas públicas e eventos conjunturais; 3. “Publicações Diversas”: publicações de Comitês do Congresso e outras entidades governamentais, incluindo o Government Accountability Office (GAO), Congressional Budget Office (CBO), American State Papers e House & Senate Journals e 5. “Registros”, relativos aos debates e observações proferidas no plenário da Câmara e do Senado.





de forma concisa, objetiva, de forma a influenciar a percepção dos burocratas acerca dos temas tratados nas publicações. Além disso, as conferências e mesas-redondas organizadas pelo CEI e pelo *George C. Marshall Institute* também podem ser vistas como uma forma de atuação interna, uma vez que se destinaram não só ao público, mas também aos burocratas.

Ações de “*Outside Advocacy*” dos *Think Tanks* conservadores na agenda de mudança do clima

Novamente com base nas categorias propostas por Abelson (2006, 2018) e Betzold (2013), serão consideradas aqui como influência pública/*outside advocacy* as ações dos *think tanks* norte-americanos relacionadas à realização de fóruns públicos, seminários e conferências para a discussão de várias questões que tangem à política interna e externa; incentivo aos acadêmicos na realização de palestras públicas; publicação de livros, artigos de opinião em revistas, boletins informativos, instruções políticas e periódicos com ampla distribuição; produção de recursos de áudio ou vídeo para o público que resumem questões políticas; criação de *websites* que, entre outras coisas, permitem que os visitantes baixem publicações do instituto; mobilização do público durante as campanhas anuais de captação de recursos e atração de exposição midiática.

Em suporte à Resolução Byrd-Hagel de 1997, um grupo internacional de empresas lobistas denominado *Global Climate Coalition* (GCC) gastou em torno de \$13 milhões em propagandas, levantando a possibilidade de desemprego e aumento do combustível em decorrência de um eventual acordo, influenciando a opinião pública – principalmente em grandes grupos eleitorais: fazendeiros, trabalhadores, minorias e aposentados (Schneider, Rosencranz, Niles 2002). A GCC tem como principais fundadoras grandes associações ligadas ao setor energético: a *US National Association of Manufacturers* e a *National Mining Association*. Em sua estratégia, a organização deslegitimou a ciência do clima através da descrença na confiabilidade das pesquisas científicas.

Durante as duas semanas de duração da COP 3, o CEI financiou uma propaganda de um minuto de duração em rádios nacionais, remetendo ao déficit energético dos anos 1970 e alertando para a possibilidade de falta de abastecimento energético no caso de ratificação do protocolo. O convencimento da audiência objetivou principalmente manipular a opinião pública e convencê-la





de que a ratificação do protocolo seria catastrófica e teria impactos diretos em seu cotidiano e na qualidade de vida da população (McCright, Dunlap 2003). Nesse período, cientistas como Fred Singer, Robert Balling e Patrick Michaels (céticos em relação à participação humana nas mudanças do clima) foram financiados por companhias de combustíveis fósseis para o desenvolvimento de suas pesquisas (Bulkeley, Newell 2010) e para a propagação do contramovimento ao ambientalismo (Moreira, Estevo 2018).

A estratégia desses atores é baseada no convencimento de que o tópico da mudança do clima seria controverso e incerto e que os custos de mitigação e adaptação seriam maiores que os benefícios do aumento da temperatura média global. Boa parte do financiamento dos TTs é direcionado a investimentos em pesquisas de cientistas que negam a natureza antropogênica do aquecimento global. No contexto das negociações do

Protocolo de Quioto – e durante as discussões sobre a ratificação —, houve a intensificação da veiculação de pesquisas e de relatórios em escolas e na mídia, reiterando o caráter dúbio da mudança do clima e os altos custos de uma eventual ratificação.

O quadro abaixo resume as principais campanhas e ações veiculadas por essas organizações durante as negociações de Quioto, no início dos anos 90, até o anúncio do governo americano a respeito da não ratificação do protocolo nos anos 2000:




Quadro 4 – Classificação dos *think tanks* conservadores em relação ao tipo de influência

Tipo de influência	Categoria	Campanha	
<u><i>OUTSIDE ADVOCACY</i></u>	Publicações de Livros	<i>Heartland Institute</i> e “ <i>Climate Change Reconsidered</i> ”	
	Mídia	CEI e propaganda de rádio deslegitimando Quioto (1997)	
		<i>George C. Marshall Institute</i> e organização da Petição de Oregon contra a ratificação de Quioto (1998)	
	Petições	<i>Heritage Foundation</i> e publicação de matéria em seu <i>website</i> elogiando posição de Bush ao retirar apoio à Quioto (2001)	
	Parcerias com Cientistas e Burocratas de mesma vertente ideológica	<i>Heritage Foundation</i> e citação dos argumentos de Sallie Baliunas em uma matéria publicada (1999)	
		Ex-congressista Jack Kemp cita o CEI em uma rodada do Congresso (1999)	
		<i>Heartland Institute</i> e Fred Singer fundam o NIPCC ¹⁸ (2003)	
		<i>CATO Institute</i> — classifica Patrick Michaels, negacionista das mudanças do clima antropogênicas, um “cientista proeminente” na área (2001)	
	<u><i>INSIDE ADVOCACY</i></u>	Publicações de Guias Políticos	<i>Heritage Foundation</i> e “ <i>Mandate for Leadership</i> ” (1980)
			<i>CATO Institute</i> e “ <i>Handbook for Congress</i> ” (1994)
CEI e “ <i>Environmental Briefing Book for Congressional Candidates</i> ” (1996)			
Conferências		CEI e conferências com Patrick Michaels na sala do National Press Club e com Chuck Hagel (1997)	
Mesas-Redondas		<i>George C. Marshall Institute</i> e mesa-redonda intitulada “ <i>Apocalypse Now or Never: The Quioto Disaster</i> ” (2000)	

Fonte: Elaborado pelos autores com dados de Global Warming Petition Project, S/D; Desmogblog, S/D; George C. Marshall Institute, S/D; Cei, 1997; Heritage Foundation, 1999; Govinfo, 1999; Heritage Foundation, 2001; Mccright; Dunlap, 2003; Cato Institute, 2006; Singer; Idso, 2009; Heritage Foundation, 2016; NIPCC, 2017.

18 O órgão foi criado através de reuniões informais a partir de 2003 com o objetivo de se contrapor aos relatórios fornecidos pelo IPCC e desenvolver estudos sem financiamentos governamentais. O principal argumento do NIPCC é de que a hipótese da relação entre as emissões antrópicas e as mudanças do clima foi altamente exacerbada em detrimento dos interesses estatais (NIPCC 2017).





Tendo em vista algumas das dinâmicas dos TTs conservadores, é possível perceber sua grande capacidade de exercer *outside advocacy*. Muitos desses institutos possuem sua própria estrutura de imprensa, o que facilita a publicação de materiais que visam a mobilizar a opinião pública e os tomadores de decisão (McCright, Dunlap 2003).

A aproximação dos TTs com climatologistas e burocratas céticos também teve um papel-chave na propagação dos fundamentos conservadores. As conferências com o senador Chuck Hagel (CEI 1997) e o climatologista cético Patrick Michaels, organizadas pelo CEI (McCright, Dunlap 2003), e o artigo da *Heritage Foundation* de autoria da astrofísica negacionista Sallie Baliunas, intitulado “*Warming up to the Truth: the real story about Climate Change*”, contribuíram para a maior visibilidade da “ciência alternativa” do clima (Heritage Foundation 1999). O argumento de Baliunas se baseou nos supostos altos custos de implementação do Protocolo de Quioto, na ausência de evidências de que o aquecimento global seria catastrófico e na importância histórica de combustíveis fósseis na geração de energia nos EUA: “nas próximas décadas, o uso de combustíveis fósseis será vital para a melhoria das condições humanas” (Baliunas 2002, 4).

A dupla estratégia desses institutos – de convencimento da opinião pública, via *outside advocacy*, e de influência no congresso, via *inside advocacy* – foi um dos principais fatores que definiram a posição norte-americana na governança ambiental no fim dos anos 1990. Ainda que Clinton tenha assinado o Protocolo de Quioto, em 1998, e apoiado a sua implementação, a decisão do senado e as estratégias de TTs negacionistas levaram à decisão da presidência de George W. Bush, em 2001, de não aderir ao documento.

Os *think tanks* conservadores atuaram, desse modo, tanto interna quanto externamente, antes, durante e após as negociações do Protocolo de Quioto. Impulsionados pela incerteza geral dos atores quanto à própria natureza antrópica nas mudanças do clima e aos custos e benefícios das escolhas políticas, esses atores influenciaram tanto a opinião pública quanto o congresso norte-americano. Corroborando para a noção de que as decisões dos governos em nível multilateral não são independentes dos processos em nível doméstico, a decisão do senado, influenciada por TTs, foi central para a definição do curso de ação político.

Ainda que não seja possível estabelecer uma relação direta de causalidade entre a atuação dos *think tanks* estudados e a decisão do governo Bush em não ratificar o Protocolo de Quioto, a análise realizada permitiu compreender como esses atores agiram para deliberadamente levantar dúvidas em relação ao





caráter antropogênico das mudanças do clima e fomentar um dualismo entre a preservação ambiental e o crescimento econômico. Na medida em que a tomada de decisão política nos EUA depende, entre outros fatores, de decisões legislativas e do apoio da opinião pública, a atuação de atores que interferem nesses processos e contribuem para o “enquadramento” conservador e cético das questões em pauta importa.

É possível afirmar, desse modo, que a hipótese proposta inicialmente foi corroborada – os *think tanks* estudados atuaram tanto a partir do *inside advocacy* – em audiências no congresso e na produção de materiais e cursos aos legisladores (em sua maioria, republicanos) – quanto do *outside advocacy* – investindo em propagandas veiculadas amplamente, nos EUA, durante o período estudado. Os *think tanks* norte-americanos conservadores analisados atuaram, desse modo, como engrenagens dos grupos de interesses que se viam afetados pelas políticas de regulação da emissão de GEE. É importante que as análises sobre Regime Internacional de Mudança do Clima levem em consideração também as estratégias desses atores, e o interesse de seus financiadores, como parte importante da tomada de decisão política e dos rumos da governança ambiental global – agora no contexto do Acordo de Paris.

Referências

- Abelson, D. 2018. *Do Think Tanks Matter? Assessing the Impact of Public Policy Institutes*. McGill-Queen’s University Press.
- Abelson, D. 2006. *A Capitol Idea: Think Tanks and Us Foreign Policy*. 1. Ed. Montreal: McGill-Queen’s University Press.
- Ahmad, M.; Baloch, Q. 2007. Behind the scenes: The Contributions of Think Tanks in U.S. Policy-Making. *The Dialogue*, Peshawar, v. 1, n. 2, p. 99-120.
- Austin, A.; Phoenix, E. 2005. The neoconservative assault on the Earth: The environmental imperialism of the Bush administration. *Capitalism Nature Socialism*, [S.L], v. 16, n. 2, p. 5-44.
- Balau, M. 2019. *Das Negociações do Clima ao Clima das Negociações: a presidência das COP no Complexo de Regime das Mudanças do Clima*. Tese de Doutorado. PUC Minas. Belo Horizonte.
- Baliunas, S. 2002. *Warming Up to the Truth: the Real Story about Climate Change*. The Heritage Foundation.





- Betzold, C. 2013. Non-State Actors in International Climate Change Negotiations: A Synthesis. *Challenges to Democracy in the 21st Century*, [S.L], n. 61, p. 1-19, set.
- Bodansky, D. 1993. The United Nations Framework Convention on Climate Change: a commentary. *Yale Journal of International Law*.
- Brulle, J. 2014. Institutionalizing Delay: Foundation Funding and the Creation of U.S. Climate Change Counter-Movement Organizations. *Climatic Change*, [S.L], v. 122, n. 4, p. 1-15, fev.
- Bulkeley, H.; Newell, P. 2010. *Governing Climate Change*. 1. ed. New York: Routledge, 142 p.
- Cato Institute. *Judging Quioto*. 2006. Disponível em: <https://www.cato.org/blog/judging-quioto>. Acesso em: 12 out. 2019.
- CEI. *Global Warming Conference: Closing Remarks*.1997. Disponível em: <https://cei.org/outreach-regulatory-comments-and-testimony/global-warming-conference-closing-remarks>. Acesso em: 10 out. 2019.
- Depledge, J. 2005. *The Organization of Global Negotiations: Constructing the Climate Regime*. Earthscan. Londres.
- Depledge, J. 2006. Against the grain: the United States and the global climate change regime. *Formerly Pacifica Review: Peace, Security & Global Change*, v. 17, n. 1, p. 11-27, ago.
- Desmogblog. *Oregon Petition*. [s/d]. Disponível em: https://www.desmogblog.com/sites/beta.desmogblog.com/files/Oregon_Petition.pdf. Acesso em: 18 out. 2019.
- Garand, C.; Burke, M. 2016. Legislative Activity and the 1994 Republican Takeover: Exploring Changing Patterns of Sponsorship and Cosponsorship in the U.S. House. *Sage Publications*, [S.L], v. 34, n. 2, p. 159-188, mar.
- George C. Marshall Institute. [s/d]. *Climate Change*. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20021125182259/http://www.marshall.org/subcategory.php?id=9>. Acesso em: 12 out. 2019.
- Global Warming Petition Project. [s/d]. *Frequently Asked Questions*. Disponível em: http://www.petitionproject.org/frequently_asked_questions.php. Acesso em: 18 out. 2019.
- Govinfo. 1999. *House Hearing, 106th Congress — Credit For Early Action: Win-Win Or Quioto Through The Front Door*. Disponível em: <https://www.govinfo.gov/content/pkg/CHRG-106hhr60254/pdf/CHRG-106hhr60254.pdf>. Acesso em: 10 out. 2019.
- Heritage Foundation.2016. *Heritage Releases Final Volume in 2016 “Mandate for Leadership” Series*. Disponível em: <https://www.heritage.org/environment/report/heritage-releases-final-volume-2016-mandate-leadership-series>. Acesso em: 11 out. 2019.
- Heritage Foundation. 1999. *Squandering the Surplus: \$11 Billion on the Unratified Kyoto Protocol*. Disponível em: <https://www.heritage.org/environment/report/squandering-the-surplus-11-billion-the-unratified-quioto-protocol>. Acesso em: 11 out. 2019.





- Heritage Foundation. 2001. *Why President Bush Is Right to Abandon the Kyoto Protocol*. Disponível em: <https://www.heritage.org/environment/report/why-president-bush-right-abandon-the-quioto-protocol>. Acesso em: 11 out. 2019.
- Higgott, R.; Stone, D. 1994. The limits of influence: foreign policy think tanks in Britain and the USA. *Review of International Studies*, [S.L], v. 20, n. 1, p. 15-34, jan.
- Howard, M. 1989. IISS: the first thirty years- a General Overview. *Adelphi Papers*.
- Jacques, P.; Dunlap, R.; Freeman, M. 2008. The Organisation of Denial: Conservative think tanks and environmental scepticism. *Environmental Politics*. 17:3.
- Jenkins, J. 1987. Nonprofit organizations and policy advocacy. In: POWELL, W. *The nonprofit sector: a research handbook*. Yale University Press.
- Kanie, N. 2005. *Current Policy Directions and the Beyond 2012 Climate Regime Implications of the EU and the US Directional Leadership*. Artigo para a International Sociological Association.
- Luke, T. 2000. A rough road out to Rio: the right-wing reaction against global environmentalism. In: Low, N. *Consuming Cities: the urban environment in the Global Economy after the Rio Declaration*. New York. Routledge.
- McCright, M.; Dunlap, E. 2000. Defeating Quioto: The Conservative Movement's Impact on U.S. Climate Change Policy. *Social Problems*, [S.L], v. 50, n. 3, p. 348-373, ago.
- McGann, James. 2021. 2020 Global Go to Think Tank Index Report. *TTCSPP Global Go to Think Tank Index Reports*. 18.
- McGann, J. 2019. *Think Tanks, Foreign Policy and the Emerging Powers*. Palgrave MacMillan.
- Moreira, H.; Estevo, J. 2018. A política dos EUA para as mudanças climáticas: análise da saída do Acordo de Paris. *Conjuntura Internacional*, Belo Horizonte, v. 14, n. 3, p. 32-45, jun.
- NIPCC (Nongovernmental International Panel on Climate Change).2017. *About the NIPCC*. Disponível em: < <http://climatechangereconsidered.org/about-the-nipcc/> > . Acesso em: 02 dez. 2018.
- Oreskes, N., Conway, E. 2010. *Merchants of Doubt: how a handful of scientists obscured the truth on issues from Tobacco smoke to Global Warming*. Bloomsbury.
- Okeskes, N. 2019. *Why Trust Science?* Princeton University Press. New Jersey.
- Parmar, I. 2000. Engineering Consent: The Carnegie Endowment for International Peace and the Mobilization of Public Opinion (1939-1945). *Review of International Studies*.
- Putnam, R. 1988. *Diplomacy and Domestic Politics: The Logic of Two-Level Games*. *International Organization*. MIT Press.
- ProQuest Congressional. 2019. *Congressional Publications*. Disponível em: <https://congressional.proquest.com/>. Acesso em: 8 nov. 2019.





- Rich, A. U.S. 2001. Think Tanks and the Intersection of Ideology, Advocacy, and Influence. *Nira Review*, [S.L], v. 8, n. 1, p. 54-59, nov. Disponível em: < <http://www.nira.or.jp/past/publ/review/2001winter/index.html> > . Acesso em: 27 mai. 2019.
- Rich, A. 2004. *Think tanks, public policy, and the politics of expertise*. 1 ed. Cambridge: Cambridge University Press, 272 p.
- Rosenau, J. 1995. Governance in the Twenty-First Century. *Global Governance*. Vol. 1. No. 1.
- Ruser, A. 2018. *Climate politics and the impact of think tanks: Scientific Expertise in Germany and the US*. 1 ed. Friedrichshafen: Palgrave Macmillan. 173 p.
- Schneider, S; Rosencranz, A.; Niles, J. 2002. *Climate Change Policy: a Survey*. Island Press.
- Singer, F.; Idso, C. 2009. *Climate Change Reconsidered: The Report of the Nongovernmental International Panel on Climate Change (NIPCC)*. Chicago: Heartland Insitute.
- UNFCCC. *What is the Kyoto Protocol?*. 1992. Disponível em: < https://unfccc.int/kyoto_protocol > . Acesso em: 21 Fev. 2020.
- USA Congress. *S.res.98 — a resolution expressing the sense of the senate regarding the conditions for the united states becoming a signatory to any international agreement on greenhouse gas emissions under the united nations framework convention on climate change. [s/d]*. Disponível em: < <https://www.congress.gov/bill/105th-congress/senate-resolution/98> > . Acesso em: 13 fev. 2019.
- Viola, E., Franchini, M. 2012. Sistema Internacional de Hegemonia Conservadora: o Fracasso da Rio + 20 na Governança dos Limites Planetários. *Ambiente e Sociedade*. 15 (3).
- Vogler, J. 2015. *Climate Change in World Politics*. Palgrave Macmillan.
- Weaver, R. 1989. The Changing World of Think Tanks. *Political Science and Politics*. Vol. 22. Issue 3.

